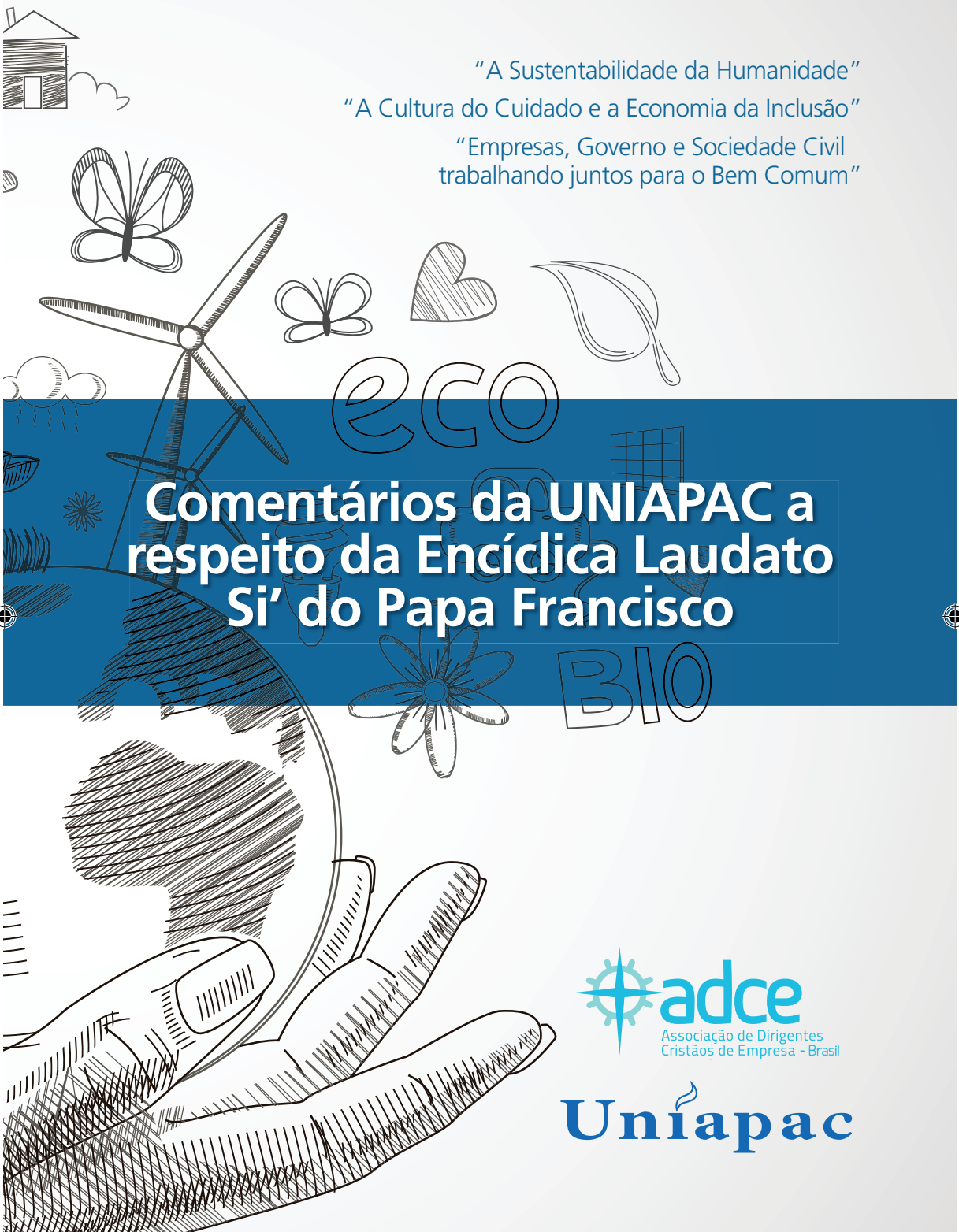




"A Sustentabilidade da Humanidade"

"A Cultura do Cuidado e a Economia da Inclusão"

"Empresas, Governo e Sociedade Civil
trabalhando juntos para o Bem Comum"



eco

Comentários da UNIAPAC a respeito da Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco

BIO



Uniapac





SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Uma visão integral sobre a ecologia e o desenvolvimento sustentável	9
O clima como um Bem Comum	10
A opção preferencial pelos pobres inclui garantir o acesso ao trabalho	10
A atividade empresarial como uma nobre vocação	11
É o progresso tecnológico a solução?	11
Ordem econômica	12
A necessidade de crescimento	13
Ordem política	14
Diálogo aberto	15
3. Recomendações	16
4. Comentários gerais	17
Âmbito econômico	17
Âmbito político	18
Diálogo	20





Introdução

A ADCE UNIAPAC Brasil – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa é uma ONG fundada em São Paulo em 1961, que posteriormente se expandiu para várias regiões do país, estando presente hoje em seis estados do Brasil. Tem como objetivo a formação dos líderes empresariais segundo os valores do ensinamento social cristão para que conduzam seus negócios visando a geração de riqueza de forma sustentável e a distribuição desta riqueza com justiça, tendo como pressupostos básicos a dignidade da pessoa humana e o bem comum.

A ADCE é filiada à UNIAPAC – União Internacional de Associações de Dirigentes Cristãos de Empresa, entidade fundada na Bélgica em 1931, atualmente com sede em Paris e presença em 37 países da Europa, América Latina, África e Ásia. O fato de ter sido a primeira entidade no mundo a tratar da responsabilidade social empresarial e contar com cerca de 20 mil associados, a torna a maior e a mais prestigiada organização global neste tema.

O ensinamento social cristão da Igreja Católica, base de todo o conteúdo estrutural da ADCE UNIAPAC, apresenta cinco princípios: o Bem Comum, a Destinação Universal dos Bens, a Solidariedade, a Subsidiariedade e a Participação, além de três valores fundamentais: a Verdade, a Liberdade e a Justiça. Estes princípios e valores podem ser observados, aplicados e incorporados em todos os aspectos de nossa vida pessoal, familiar, religiosa, social e do trabalho. Ou seja, são invólucros que podem garantir a consciência humana à luz da racionalidade. Quando se acrescenta o amor, o serviço e a caridade, o ser humano se completa como cristão e como pessoa de bem.

Sob a ótica exclusiva dos processos empresariais, do trabalho e na atividade econômica, não é arriscado ou custoso almejar que todos estes princípios e valores sejam aplicados nos procedimentos da empresa



e de todos integrantes da cadeia de valor. Além de nos completar como seres humanos, garantem, sem nenhuma margem de erro, maior competitividade, perenidade e lucro, tanto para o empresário como para seus empregados e todas as partes relacionadas.

A UNIAPAC entende também que as condições atuais do mundo requerem um compromisso do setor empresarial ainda maior e mais amplo do que se pratica hoje em dia, e que a sustentabilidade só é possível se garantirmos a existência da cultura da responsabilidade empresarial com foco no ser humano.

Com o objetivo de formar, conscientizar e disseminar a cultura dos valores cristãos no meio empresarial, a UNIAPAC sempre se posiciona acerca dos assuntos contemporâneos que afetam a vida das pessoas e busca contribuir no debate de como as empresas e seus líderes podem atuar, por meio do trabalho e da sua participação ativa, para a construção de um mundo mais humano, justo e fraterno.

O presente trabalho traz uma breve reflexão da UNIAPAC Internacional a respeito da Encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si'*, lançada em maio de 2015, que alerta quanto ao consumismo, o desenvolvimento irresponsável que exclui seres humanos e causa graves impactos ao meio ambiente e ao clima, critica o individualismo e a globalização da indiferença, lança o quarto pilar da sustentabilidade, a ecologia cultural, e faz forte apelo à unificação de todos os países no esforço para vencer este que é um enorme desafio global dos tempos modernos.

O documento que a ADCE UNIAPAC Brasil e a UNIAPAC Internacional ora apresentam é fruto do trabalho colaborativo de dirigentes cristãos engajados neste movimento de diferentes regiões do mundo, especificamente da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Equador, Itália, México, Paraguai e Uruguai, conferindo uma visão diversificada sobre o tema de elevado interesse para a nossa e para as futuras gerações.



Com esta publicação, acrescentamos mais uma contribuição à reflexão e a vivência empresarial, que se junta ao livro “Rentabilidade dos Valores”, vade-mécum dos associados da UNIAPAC, ao ‘Protocolo de Responsabilidade Social Centrada na Pessoa Humana’, um conjunto de ferramentas e de indicadores para aplicação prática da RSE nas empresas, diferenciado pelo embasamento da pessoa como centro da atividade, “Respeito em Ação - a subsidiariedade aplicada nos negócios” e ao programa “Empresa com Valores”, um movimento nacional de conhecimento, partilha, multiplicação e prática de todos estes ensinamentos e valores, que propiciam mais riqueza econômica, social e ambiental.

Em meio às turbulências e às vulnerabilidades acreditamos que podemos combater a falta de moral e ética que insiste em permanecer na nossa sociedade com as ações conjuntas de pessoas de bem. A ADCE UNIAPAC Brasil se propõe a contribuir de maneira significativa para que exerçamos nosso direito e nosso dever de promover a verdadeira transformação de nossa sociedade.

Conheça mais sobre a ADCE UNIAPAC na sua cidade ou pelo site www.adcebrasil.org.br.

Sérgio Cavalieri

Presidente da ADCE UNIAPAC Brasil

Presidente UNIAPAC América Latina

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil / Fevereiro de 2016





Declaração da UNIAPAC a respeito da Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco

Uma visão integral sobre a ecologia e o desenvolvimento sustentável.

A União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresa (UNIAPAC) apoia e adota a declaração do Papa Francisco divulgada na sua Encíclica Laudato Si': "sobre o cuidado da casa comum". Neste documento, o Papa aborda duas questões: a crise ecológica em si mesma e a falta da "cultura necessária para enfrentar a crise salientada" (53).

A UNIAPAC compartilha esta análise destacando, especialmente, o enfoque que considera que o desenvolvimento deve ser visto como um processo integral. O Papa não só faz referência, corretamente, para as dimensões ambiental, econômica e social da ecologia (138), mas acrescenta uma quarta dimensão: a "ecologia cultural" (143). Ele nos convida a "construir lideranças que marquem caminhos, procurando atender às necessidades das gerações atuais, incluindo a todos, sem prejudicar as gerações futuras." (53).

A vida, num mundo globalizado e hiperconectado, não necessariamente tem dado lugar para a "globalização da solidariedade". Não podemos evitar de reconhecer que "a sociedade, cada vez mais globalizada, nos faz mais próximos, mas não mais irmãos" (Bento XVI, "Caritas in Veritate" no 19). Esta falta de solidariedade globalizada é precisamente o resultado da perda da nossa percepção da fraternidade e reciprocidade nas relações baseadas no princípio da gratuidade. Se não nos vemos entre nós como irmãos e se não aplicamos o princípio que salienta a respeito de que aquilo que acontece a um de nós, ocorre para todos nós, então qualquer desenvolvimento, que possamos alcançar, não será integral.



O clima como um Bem Comum

Ao definir “o clima como um Bem Comum” (23), o Papa Francisco faz coincidir o foco da sua Carta totalmente com aquele da tradição quanto à Doutrina Social da Igreja. Enquanto na Encíclica *Gaudium et Spes*, a Constituição Pastoral do Concílio Vaticano Segundo, o Bem Comum é definido como o “conjunto de condições da vida social que fazem possível para as associações e cada um dos seus membros o logro mais pleno e mais fácil da sua perfeição” (GS 26), podemos afirmar então que o Bem Comum é o “conjunto das condições sociais e ambientais”, isto é, as condições que permitem a todos e a cada um de nós alcançar a nossa própria perfeição. Nesta linha, a UNIAPAC adere plenamente à seguinte proposta: em “uma ecologia integral, que não exclua o ser humano, é indispensável incorporar o valor do trabalho” (124). É fundamental proteger o meio ambiente se, além do mais, queremos resguardar a dignidade da pessoa humana que necessita de forma “mais plena e mais fácil” o acesso aos recursos naturais como meio para obter a sua própria perfeição.

A opção preferencial pelos pobres inclui garantir o acesso ao trabalho

O princípio da solidariedade e da opção preferencial pelos pobres chamam para dar uma maior atenção “às necessidades dos pobres, fracos e vulneráveis” (52). Sobre este ponto, a UNIAPAC apoia a chamada do Papa para que “se continue procurando, como prioridade, o acesso ao trabalho da parte de todos” e compartilha as crenças de que “ajudar os pobres com dinheiro deve ser sempre uma solução provisória para solucionar urgências. O grande objetivo sempre deveria ser lhes permitir ter uma vida digna mediante o trabalho” (128) e que “para que siga sendo possível dar emprego, é imperioso promover uma economia que favoreça a diversidade na produção e a criatividade empresarial” (129). Como dirigentes de empresa cristãos apoiamos o convite do Papa para



incorporar uma perspectiva social dentro de cada enfoque ecológico, o que significa levar em conta os direitos fundamentais dos pobres e daqueles mais necessitados, e reconhecer o fato de que sobre cada propriedade privada recai uma hipoteca social. Promover uma forma de responsabilidade social empresarial, que esteja centrada na pessoa, é uma maneira muito efetiva para enfrentar este desafio dentro de uma economia de mercado livre e realmente competitiva.

A atividade empresarial como uma nobre vocação

Portanto, a UNIAPAC considera as palavras do Papa como uma fonte de ânimo quando manifesta: “a atividade empresarial, que é uma nobre vocação orientada para produzir riqueza e melhorar o mundo para todos, pode ser uma maneira muito fecunda para promover a região onde instala os seus empreendimentos, especialmente se entender que a criação de postos de trabalho é parte ineludível do seu serviço para o Bem Comum” (129). Ao mesmo tempo que fornece à sociedade bens e serviços realmente necessários, um empresário pode criar novos postos de trabalho – mediante o uso da inovação, da tecnologia, dos recursos e do trabalho – da forma mais eficiente, amigável com o meio ambiente. Ainda considerando isto, numa economia de mercado, um empresário não está obrigado a criar mais postos de trabalho que aqueles necessários para assegurar a produção dos seus bens e a prestação dos seus serviços para que seu empreendimento seja sustentável ao longo do tempo.

É o progresso tecnológico a solução?

A respeito do progresso tecnológico, a Encíclica Laudato Si’ adota um posicionamento equilibrado. De um lado, o Papa Francisco nos convida para “se alegrar com estes avanços e entusiasmar-se perante as amplas possibilidades que nos abrem estas constantes novidades porque



a ciência e a tecnologia são um maravilhoso produto da criatividade humana doada por Deus” (102). Do mesmo modo, é verdade que o progresso tecnológico tem nos possibilitado atingir um grande aumento na produtividade e no progresso como civilização. Nos últimos 200 anos, tem nos oferecido crescimento econômico, mas por outro lado, trouxe a criação de numerosos desafios para a nossa sociedade. O fenômeno da globalização e do progresso tecnológico causou vários desequilíbrios no mundo: a pobreza e a desigualdade, a transformação do mercado de trabalho e do emprego, a falta de instituições efetivas e a questão da ecologia. Todos eles são graves problemas que a humanidade deve encarar hoje em dia. Nossas sociedades devem administrar os riscos e acelerar as mudanças com a finalidade de promover não só a sustentabilidade social e ambiental, senão também o desenvolvimento integral do ser humano. Como afirmou o Papa acertadamente: “um desenvolvimento tecnológico e econômico, que não logra um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não pode se considerar progresso.” (194). Corresponde destacar que a globalização, levando em conta o nível sem precedentes atingido nas últimas décadas, pode desempenhar um papel muito importante na difusão de melhores práticas, ajudando-nos para que estejam ao alcance dos mais necessitados (o exercício da técnica do benchmarking).

Deveríamos reinterpretar a noção que põe o ser humano como o dono da criação. Teríamos de considerar o homem como um “administrador responsável” (116) com “uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que realmente o limitem e o contenham numa lúcida abnegação” (105).

Ordem econômica

Quando o Papa nos convida para eliminar “as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento



que parecem serem incapazes de garantir o respeito para o meio ambiente” (6), está nos chamando a “adotar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras e que supõe limitar o máximo o uso dos recursos não renováveis, moderar o consumo, maximizar a eficiência do aproveitamento, reutilizar e reciclar” (22). Este convite está muito em linha com as recentes estratégias que têm sido implementadas e testadas, de maneira bem sucedida, em vários países. É evidente que os problemas de mercado devem-se, em grande medida, aos defeitos dos seres humanos, que, no exercício da sua liberdade dada por Deus, deveriam aplicar ou utilizar o mercado como um instrumento para servir o Bem Comum e não unicamente para o seu próprio benefício. Um pedido importante do Papa Francisco é aquele que apela para se fazer um melhor uso dos recursos mediante um processo que consiste de três passos – “1. Reduzir” (implica diminuir o consumo e dispor corretamente dos resíduos), “2. Reciclar” (transformar os resíduos em matérias primas aptas para serem utilizadas) e “3. Reutilizar” (transformar estas matérias primas recicladas em novos produtos) – isto, sem quaisquer dúvidas, nos leva em direção ao caminho correto.

Os países menos desenvolvidos e de economia mais frágeis, evidentemente, são aqueles que mais serão beneficiados com tais correções feitas no modelo de crescimento e uma economia aberta lhes ajudará a assegurar um crescimento estável. Sob estas condições, a corrupção e o capitalismo clientelista são reduzidos e o efeito do desenvolvimento econômico positivo chega, diretamente, àqueles mais pobres.

A necessidade de crescimento

Ainda considerando isso, a UNIAPAC questiona o ponto que menciona a respeito de que “tem chegado a hora de aceitar certo decrescimento em algumas partes do mundo, contribuindo recursos para que se possa crescer sadiamente em outras partes” (193). Na visão da



UNIAPAC, tememos que a implementação prática desta proposta possa, na realidade, produzir o efeito inverso. Uma recessão na Europa ou nos Estados Unidos, claramente, só dificultará o crescimento das economias emergentes e em vias de desenvolvimento. Acreditamos que crescimento não é um jogo de soma zero: podemos crescer todos juntos e crescendo juntos é usualmente mais saudável e mais duradouro do que uma situação de crescimento localizado ou descontínuo.

Ainda considerando isso, sim, admitimos que os mercados abertos não são uma condição suficiente para assegurar, ao mesmo tempo, uma economia inclusiva, a justa distribuição da riqueza ou o desenvolvimento integral humano. Além do mais, necessitamos preparar as pessoas e permiti-lhes que não sejam somente consumidores, senão também produtores e parte da economia competitiva. Ainda levando em conta que os pobres tenham um grande potencial, por eles próprios, para serem economicamente ativos, as suas possibilidades devem ser melhoradas mediante o oferecimento de acesso não só ao mercado de trabalho, senão também com respeito da educação, cuidados da saúde, serviços financeiros, serviços jurídicos, infraestrutura, entre outros. Este é um prerequisite necessário para a justa distribuição da riqueza.

Neste sentido, um mercado realmente livre – dentro de um marco regulatório corretamente desenhado – pode, de fato, ajudar a solucionar muitos dos problemas ambientais e sociais, ao invés de causá-los. Este nível de desenvolvimento requer a estabilidade e a justiça do Estado de Direito, instituições confiáveis abrangendo o Governo, o sistema judicial e um sistema de educação que procure a excelência. Todos estes requerimentos devem estar acessíveis para toda a sociedade.

Ordem política

O Estado de Direito (ao invés da lei do mais forte) é, certamente, a



única solução. Não é suficiente apelar para o sentido individual de moral de cada dirigente de empresa. A ética é, ao mesmo tempo, “individual” e “institucional”. O sentido individual de moralidade pode obviamente marcar uma diferença. As pessoas sempre terão a opção de agir de uma forma ou outra. Não obstante, as “estruturas de pecado”, nas quais os indivíduos operam, podem tornar muito difícil para eles aderirem aos seus princípios morais e podem vencer a boa vontade das pessoas. Portanto, necessitamos que “a ética” não seja somente baseada nas mentes e nos corações dos indivíduos, mas também nas estruturas e instituições da sociedade e do Estado nas quais as pessoas agem.

A Sociedade Civil é o molde do qual devem se orientar tanto o mercado como o Governo visando o Bem Comum. Mercado aberto, inclusivo e com concorrência leal, assim como também respeitosos das leis e regulamentos, são obviamente necessários, mas não são suficientes. As instituições do mercado e do Estado têm que estar inseridas numa cultura que promova o Bem Comum. Esta cultura necessita de indivíduos – políticos, dirigentes de empresa, sindicalistas, jornalistas, acadêmicos, que possam levar a ética do Bem Comum para dentro destas instituições. Ainda mais, é necessária a vontade dos diferentes grupos da sociedade para cooperar e unir forças em prol deste fim comum. A verdadeira democracia precisa de reais e comprometidos democratas.

Os dirigentes de empresas de fé cristã, assim como também as entidades de classe, formam parte da sociedade civil. Eles desempenham um papel decisivo na formação das estruturas do Bem Comum ao oferecerem a sua experiência, no mundo financeiro e econômico, tanto aos decisores como à sociedade civil, na qual a própria Igreja se insere.

Diálogo aberto

Para conseguir o exposto acima, um diálogo aberto é imprescindível.



O Papa, refletindo isto na Laudato Si', dirige a sua palavra não só para a Igreja, senão também "a cada pessoa que habita este planeta" e exprime a sua vontade de "entrar em diálogo com todos a respeito da nossa casa comum" (3).

Recomendações

Como homens de negócios, nós somos chamados a sermos sinceros e a adotar uma atitude de servidores mais do que de chefes nas nossas relações com o mundo. Esta ecologia humana é uma "cultura do cuidado", isto é, de amar nosso próximo tanto como a nós mesmos. No mundo empresarial, os nossos "próximos" são os nossos funcionários e as suas famílias, as comunidades nas quais agimos, os nossos acionistas, fornecedores, distribuidores e clientes, além do meio ambiente que nos rodeia, o qual, desde uma perspectiva humana, é entendido como as futuras gerações.

A Laudato Si' procura estimular a criação das condições necessárias para que cada indivíduo possa desenvolver os seus talentos o máximo possível e seja capaz de decidir, de maneira autônoma, sobre o caminho mais efetivo e eficiente para esta meta, mediante um processo participativo.

Nós da UNIAPAC endossamos totalmente esta forma de liderar pessoas, que está bem detalhada no recente livro que lançamos – "Respeito em Ação – a subsidiariedade aplicada nos negócios", organizado pelo Professor Michael Naughton da Universidade Saint Thomas de Minnesota, Estados Unidos.

Os produtos, serviços e trabalhos, que as empresas fornecem e o excedente econômico e social disponível para a sociedade, são a base para garantir a cada nação e a humanidade no seu conjunto uma vida digna e com qualidade.



Comentários gerais

Âmbito econômico

A UNIPAC também concorda com a chamada do Papa, quem manifesta que “só poder-se-ia considerar ético um comportamento no qual os custos econômicos e sociais, que se derivam do uso dos recursos ambientais comuns, sejam reconhecidos de maneira transparente e sejam custeados totalmente por aqueles que se beneficiam, e não por outros ou pelas futuras gerações” (195). Deste modo, é necessário internalizar as externalidades negativas como custos da companhia, tanto na contabilidade da própria empresa como nas estatísticas nacionais.

Nesta linha, precisa-se fazer um comentário sobre a opinião negativa do Papa a respeito da estratégia de compra e venda de “créditos de carbono”. A nível internacional tem-se um amplo consenso e o entendimento que tal mecanismo é um instrumento apropriado para internalizar os custos das externalidades negativas e para ajudar a rebalancear os desequilíbrios naturais, desde que tais créditos sejam utilizados de maneira responsável e só se forem administrados de modo similar aos recursos naturais.

Ainda mais, seguindo o espírito da chamada do Papa para alcançar um desenvolvimento integral, abrangendo os aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais, a UNIAPAC esclarece um ponto levantado pela Encíclica sobre o uso do plástico. Hoje em dia, todos os materiais conhecidos, que podem ser utilizados para substituir o plástico nas indústrias do vestuário, dos calçados, utensílios e diversos outros produtos demandam mais recursos naturais e energia para a sua produção e, portanto, podem ser mais custosos e, por conseguinte, prejudicar especialmente as populações mais pobres. Por outro lado a UNIAPAC propõe e defende que os produtores de plástico reconheçam os problemas causados ao meio ambiente pela produção e descarte



inadequados dos produtos de plástico durante décadas. Incentivamos que os empresários do setor continuem a investir em pesquisa para a produção do chamado “plástico verde”, e no trabalho de conscientização do consumidor para o adequado descarte que possibilite altas taxas de reciclagem.

Consideramos que se têm ações individuais e coletivas para atenuar ou mitigar os comportamentos que podem ser potencialmente perigosos para o meio ambiente: a reciclagem de resíduos, o uso de fontes energéticas renováveis e limpas, o aumento da eficiência energética, o apropriado cuidado dos solos cultiváveis, etc. Do mesmo modo, tem-se novas tecnologias e descobertas, como a genética, os agroquímicos e novas práticas como a semeadura direta, que quando são utilizadas apropriadamente podem ajudar a aumentar a produção de alimentos (especialmente em regiões, onde quase não se produziam alimentos no passado), criando, desta maneira, a possibilidade de uma forma digna de se viver, ao mesmo tempo que se preserva a terra e o meio ambiente.

O ciclo econômico, iniciado em 2009, com taxas baixas de juros durante um período estendido tem possibilitado o desenvolvimento e o crescimento de vários países menos desenvolvidos.

Apoiamos os programas internacionais para garantir impostos e tarifas alfandegárias do comércio internacional justos para estimular o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos (por exemplo, altas tarifas alfandegárias e impostos sobre alimentos que afetam as principais exportações e importações de produtos dos países mais pobres).

Âmbito político

Por conseguinte, é essencial que o processo legislativo esteja orientado para o Bem Comum e não se desvie por causa dos grupos de pressão e da influência inapropriada dos interesses setoriais/locais.



As melhores leis não têm valor se o poder executivo não for capaz de fazê-las cumprir, independentemente das pessoas envolvidas. E ainda, se medidas são tomadas para fazer cumprir as leis e os regulamentos, um Poder Judiciário independente e eficiente é imprescindível para proteger o Estado de Direito.

Na *Laudato Si'*, o Papa observa que “a política e a economia tendem a se culparem mutuamente naquilo que se refere à pobreza e à degradação do meio ambiente. Mas aquilo que se espera é que reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o Bem Comum” (198).

Uma “cultura da participação política” que parece ser necessária para se garantir a permanente orientação dos governos para o Bem Comum. Embora a política seja considerada um jogo “sujo”, não deveriam ser os cidadãos cristãos comprometidos os primeiros a ajudar a limpá-la? A Igreja deveria encorajar seus fiéis leigos a se aproximarem e interessarem ativamente nos assuntos públicos. Para esta finalidade, deveriam se organizar em associações locais, nacionais e globais, apoiar-se mutuamente na ética empresarial e cooperar com outros atores da sociedade para construir uma cultura de igualdade de oportunidades e de valorização dos bens comuns. Poderiam realizar mais debates sobre as barreiras comerciais que indevidamente castigam e obstruem o comércio internacional de produtos alimentícios e de matérias primas agrícolas de maneira prioritária, mais do que relativa a qualquer outro setor.

O marco, que definitivamente contribui para o Bem Comum é aquele que está baseado na livre concorrência de mercado e no respeito à legislação. O fato de que existam tantos mercados caracterizados por práticas monopolistas ou cartelizados, com privilégios e corrupção, não deveriam justificar a apatia, desânimo ou resignação que não contribuem para mudar este estado de Pelo contrário, é importante apoiar as ações daqueles que, sim, trabalham para melhorar o Bem Comum e denunciar



o pungente individualismo daqueles que não trabalham para isso.

Existem muitas instituições – construídas laboriosamente por homens e mulheres nos últimos três séculos – que foram concebidas para guiar a vida e as necessidades de milhões de homens e mulheres quem são imperfeitos, pecadores, limitados, propensos a cometer erros e egoístas. Estas instituições e ações certamente não são suficientes, por si mesmas, para solucionar todos os males da sociedade, mas, não obstante, é necessário reconhecer os esforços que realizam e as contribuições efetivas que aportaram para uma vida melhor das pessoas.

Diálogo

Em linha com esta perspectiva universal, o Papa Francisco, na sua Encíclica, cita extensamente as declarações e os documentos provenientes de todas as partes da Igreja Católica, faz referências a reflexões de outras denominações cristãs (como as Igrejas Ortodoxas) e a declarações feitas por outras religiões. Ainda mais, põe ênfase na importância do diálogo entre a fé e a ciência (201). Nós apoiamos totalmente a necessidade de gerar o diálogo e buscar o entendimento e a paz entre todos os povos e religiões do mundo.



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.





Assunção / Buenos Aires / Colônia / Milão / México, DF /
Montevideo / Santiago do Chile / Guaiaquil / Porto Alegre



(11) 3726-8292
www.adcesp.org.br

Uniapac

www.uniapac.org

Ilustração da capa: Freepik.com